

**Juliane Penteado Santana
Wânia Alice Ferreira Lima Campos**

DANO EXISTENCIAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Teoria e Prática

*Prefácio de Adriane Bramante de Castro Ladenthin
Posfácio de Melissa Folmann*

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0735-9

JURUA
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Revisão: Pablo Polese

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Santana, Juliane Penteadó.

S232 Dano existencial no direito previdenciário: teoria e prática
Juliane Penteadó Santana, Wânia Alice Ferreira Lima Campos
Curitiba: Jurua, 2023.
190p.; 21cm

1. Direito previdenciário. 2. Dano existencial. I. Campos,
Wânia Alice Ferreira Lima. II. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

030240

—Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1	EM DEFESA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS	31
1.1	PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO EM SUA ACEPTÃO FILOSÓFICA, JURÍDICA E CONSTITUCIONAL.....	31
1.2	DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS E PREVIDÊNCIA SOCIAL	39
1.3	O INSS E SUA FUNÇÃO SOCIAL ESTATAL.....	43
1.3.1	Breve Histórico do INSS.....	43
1.3.2	A Função Social do INSS	44
1.3.3	O INSS, a Justiça Social e a Agenda 2030.....	47
1.4	DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS, PROJETO DE VIDA E VIDA DE RELAÇÕES.....	51
1.4.1	A Fundamentabilidade e o Caráter Alimentar dos Direitos Previdenciários.....	51
1.4.2	O Planejamento Previdenciário como Projeto de Vida e Vida de relações.....	52
Capítulo 2	A RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS AOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	57
2.1	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E REPARAÇÃO POR LESÕES A DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.....	57
2.2	A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO IMATERIAL	61
2.3	CARACTERÍSTICAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO FACE A LESÕES A DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS....	67
2.4	O DANO EXISTENCIAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	68
2.5	O DANO EXISTENCIAL E OS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	74
2.5.1	Dignidade da Pessoa humana (art. 1º, III, CR/1988)	74
2.5.2	Solidariedade.....	74

2.5.3	<i>Alterum non laedere</i> ou <i>neminem laedere</i>	76
Capítulo 3	O DANO EXISTENCIAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
	BRASILEIRO: PRIMEIROS PASSOS.....	79
3.1	ORIGEM DA TEORIA DO DANO EXISTENCIAL.....	79
3.2	O DANO EXISTENCIAL NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	85
3.3	CONCEITO DE DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	91
3.4	ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	104
3.4.1	Projeto de Vida.....	106
3.4.2	Vida de Relações.....	108
3.5	O DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO COMO ELEMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	108
3.6	O DANO EXISTENCIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO: EVOLUÇÃO.....	112
3.7	DANO EXISTENCIAL COMPARADO A OUTRAS ESPÉCIES DE DANO.....	115
3.7.1	Dano Existencial e Dano Moral.....	116
3.7.2	Dano Existencial e Dano Material.....	117
3.7.3	Dano Existencial e Danos Emergentes.....	117
3.7.4	Danos Existenciais e Lucros Cessantes.....	118
3.7.5	Dano Existencial e Perda de uma chance.....	118
3.7.6	Dano Existencial e Dano Estético.....	118
3.8	ALGUMAS ESPÉCIES DE DANO EXISTENCIAL.....	119
3.8.1	Dano Existencial Individual.....	119
3.8.2	Dano Existencial Coletivo.....	119
3.8.3	Dano Existencial Reflexo ou Ricochete.....	120
3.9	ATO LESIVO CAUSADOR DO DANO EXISTENCIAL.....	120
3.10	O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ATO LESIVO E DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	121
3.11	INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESSARCIMENTO DO DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	122
3.12	QUANTIFICAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	123
3.13	CUMULAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL COM DANOMORAL..	124
3.14	DANO EXISTENCIAL E OUTRAS FONTES DO DIREITO.....	125

3.14.1	Direito do Trabalho	125
3.14.2	Direito Civil	126
3.14.3	Direito de Família	127
3.14.4	Direito Ambiental.....	127
Capítulo 4 DANO EXISTENCIAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO:		
	ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS E POSSÍVEIS.....	129
4.1	APLICAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	129
4.1.1	O Reconhecimento do Dano Existencial na Jurisprudência Brasileira.....	130
4.1.2	Dano Moral ou Dano Existencial?	135
4.2	ANÁLISE DE CASOS ILUSTRATIVOS DE DANO EXISTENCIAL NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO	144
4.2.1	Caso 1	146
4.2.2	Caso 2	149
4.2.3	Caso 3	150
4.2.4	Caso 4	151
4.3	ROTEIRO DA AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO EXISTENCIAL PREVIDENCIÁRIO.....	154
4.3.1	Análise Pormenorizada do PAP	154
4.3.2	Análise do Direito Líquido e Certo do Benefício Previdenciário Indeferido.....	155
4.3.3	Efeitos Causados na Vida de Relação e no Projeto de Vida do Segurado/Dependente.	156
4.3.4	Competência	158
4.3.5	Prescrição do Direito de Ação.....	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	POSFÁCIO	165
	REFERÊNCIAS.....	171
	ÍNDICE REMISSIVO	177